



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ASSENTAMENTOS RURAIS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO MADACARU, PETROLINA, PE.

Andresa Maria Mendes da Silva¹; Eriverton Silva Pereira¹

¹Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. E-mail: andresa1mendes@hotmail.com

Resumo: Estudar a dinâmica e o caráter educativo existente nos assentamentos rurais são demasiadamente importantes no sentido de avançar nas reflexões e discussões sobre a geografia agrária e sucessivamente sobre os movimentos sociais. Nessa perspectiva, esse artigo tem como objetivo geral enfatizar o embasamento teórico sobre o histórico dos conflitos no campo, destacando o conceito de assentamento e seu funcionamento, além de abordar a vivência prática desenvolvida no assentamento rural Mandacaru, localizado no município de Petrolina, PE, dando ênfase para as formas de como os assentados se organizam em prol do fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Além de demonstrar as práticas educativas desenvolvida no assentamento rural em questão, objetivando uma sociedade mais justa e igualitária voltada para o desenvolvimento sustentável e agroecológico. Como procedimentos metodológicos destacam-se leitura de textos, discussão de conceitos e sua devida sistematização e contextualização, foi realizada aula de campo com a finalidade de conhecer o espaço analisado e realizar o registro fotográfico, além de entrevistas com alguns assentados.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Prática Educativa, Assentamento Mandacaru.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade avançar nas discussões sobre a geografia agrária, sobre os modos de produção capitalista desenvolvidos no meio rural, destacando a importância dos assentamentos rurais como prática educativa. Além disso, a vivência desenvolvida no assentamento Mandacaru fornece subsídio prático para o entendimento das



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

teorias e conceitos voltados para o cenário rural. Os conflitos no campo não é algo recente, não é de hoje que surgiram os movimentos sociais no campo, as reivindicações por melhores

condições de vida e pelo acesso e ocupação da terra. As lutas contra os detentores de terra, contra a acumulação de capital e contra a produção e reprodução do sistema capitalista é evidente, pois no decorrer do processo histórico das lutas no campo observa-se o registro e as marcas da violência enfatizando as inúmeras desigualdades existentes nesse cenário de luta e repreensão da classe de trabalhadores rurais sem terra.

Nessa perspectiva, é demasiadamente importante enfatizar o caráter educativo presente nos assentamentos rurais, tendo como exemplo o assentamento Mandacaru, que desempenha atividades coletivas visando o fortalecimento e organização da sua comunidade, além disso, esse assentamento possui uma política interna visionária, na medida que não pensa apenas nos interesses da sua comunidade, pois desempenha um papel de extrema relevância na sociedade por promover a produção e disseminação de produtos orgânicos, contribuindo dessa forma para a qualidade de vida das pessoas interessadas em uma alimentação saudável.

Assim, o trabalho ficou delineado da seguinte forma:

1º parte: histórico dos conflitos no campo, destacando o processo histórico das lutas no campo no cenário nordestino e das reivindicações pelo uso e ocupação da terra, demonstrando a violência no campo e as desigualdades sociais existente no campo, onde o processo acumulativo de capital privilegia as classes hegemônicas.

2º parte: conceito de assentamento e seu funcionamento, frisando as políticas públicas em apoio ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

3º parte: vivência prática no assentamento mandacaru, localizado no município de Petrolina-PE, enfatizando o caráter educativo desenvolvido nesse assentamento rural com a produção agroecológica e com iniciativas coletivas visando o desenvolvimento e bem estar da comunidade.

HISTÓRICO DOS CONFLITOS NO CAMPO

Os conflitos existentes no campo brasileiro são marcas do processo de desenvolvimento dos modos de produção capitalista no campo, além disso, esses conflitos sociais no campo remetem ao desenvolvimento e ao processo de uso e ocupação do espaço

rural. Nessa óptica, é importante destacar que o desenvolvimento, expansão e acumulação do capital privilegiando os latifundiários, somado as desigualdades sociais no campo resultou em diversos conflitos e lutas pela terra.

No século XX, destacam-se os movimentos sociais de luta pela terra, (OLIVEIRA, 2001, p. 18) onde de um lado temos:

“(...) resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a extrapropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.”.

Mediante o exposto, fica evidente que esses dois momentos descritos acima marca os conflitos sociais no campo no século XX, com destaque para as lutas dos camponeses contra o pagamento da renda da terra. No Brasil, as lutas camponesas ganharam dimensão nacional nas décadas de 50 e 60 com a formação das Ligas Camponesas que começaram a se organizar na região Nordeste brasileira, com destaque para as lutas dos pequenos proprietários da Zona da Mata contra os grandes detentores de terra.

Sobre as Ligas Camponesas, (OLIVEIRA, 2001, p. 22) destaca que:

Na década de 50, mais precisamente no ano de 1954, foi no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, a pouco mais de 60 km de Recife, que praticamente nasceu o movimento conhecido como “Ligas Camponesas”. A luta dos galileus foi estruturada contra a elevação absurda do foro, o seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos.

Assim, no fim da década de 40, os proprietários de terras deixaram de explorar a plantação e cultivo da cana-de-açúcar para arrendar suas terras. As terras passam a ser arrendadas por centenas de famílias que se destinam a produção de subsistência, com a renda gerada na terra, as referentes famílias tem que pagar o valor do arrendamento, quando o valor da terra arrendada atrasava, as famílias eram ameaçadas de serem expulsas da terra. Mediante o alastramento dessa situação foi proposto à formação de uma sociedade que se organizasse para adquirir um engenho e se livrar tanto do pagamento do arrendamento como das ameaças de expulsão sofridas pelo grupo de famílias. Com a valorização do açúcar e com a expansão dos canaviais as ligas começaram a se espalhar pela região Nordeste do país, onde esse movimento deve ser entendido como manifestação nacional.

De acordo com ANDRADE, o movimento militar de 64 ocasionou a eliminação do movimento das Ligas Camponesas, isto é, o movimento militar de 64 frisava por fim ao processo de reforma agrária, além de promover e proliferar a violência no campo, através do desaparecimento e morte de várias lideranças das Ligas Camponesas, o que se observa nesse período é o aumento das injustiças e desigualdades sociais em relação às lutas pela terra, onde os interesses hegemônicos e do capital se sobressai. Esse momento histórico apenas enfatizou a necessidade dos camponeses lutar pelo direito a terra e pela reforma agrária.

A violência no campo entre 1964 e 1973 foi marcada pela concentração de cerca de 40% de mortes na Zona da Mata nordestina, o estado de Pernambuco registrou nesse período o assassinato de muitas lideranças camponesas, dentre elas, destacam-se: Albertino José de Oliveira (ex-presidente das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão), Pedro Fazendeiro (lavrador e líder das Ligas Camponesas em Sapé e membro da Federação das Ligas na Paraíba). Vale frisar, que a violência no campo não se restringe apenas as lideranças, também há registros de violência no campo envolvendo posseiros e grileiros.

O período de 1984 e 1989 foi marcado pela ampliação do número de assassinatos no campo, esses registros de violência no campo estão atrelados a elaboração e implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Governo Federal juntamente com o surgimento da UDR (União Democrática Ruralista) liderada pelo latifundiário Ronaldo Calado e que objetivava defender os latifundiários brasileiros, assim, logo a UDR foi apontada por praticar expulsões e mortes de diversos trabalhadores no campo.

O decréscimo da violência no campo foi registrado entre o período de 1990 e 1994. Dentre as regiões mais violentas, destacam-se Bico do Papagaio, Sudeste do Pará, Maranhão, Zona da Mata Nordestina, Bahia e Paraná.

Atualmente os movimentos sociais no campo se encontram fragmentados, em consequência da grande diversidade de movimentos nessa dimensão continental que comporta o Brasil, porém há uma forte articulação entre eles que se unem na luta contra expropriação, subordinação e exploração. Embora essa atitude vem incomodando muito o estado que busca o enfraquecimento desse processo. Frente a esse conflito a sociedade civil vem fortalecendo a luta dos movimentos, apoiando por meio de organizações que fortalece a resistência do campo.

Outra luta recente é a dos posseiros que vem em uma constante busca por terra livres onde possam desenvolver o seu trabalho, essa busca leva a uma constante migração, que os tornam verdadeiros retirantes, a distribuição desses posseiros ocorre de forma heterogênea no território brasileiro, tendo uma concentração maior na região nordeste. Vem ocorrendo um aumento no número de posseiros, porém essa situação não é vista como ponto positivo por uma maioria de análises teóricas que preferiam eles como proletariados.

Os posseiros tem sido a centralidade da luta pela conquista da terra, muitos conquistam essa façanha mais se deparam com um novo problema, assim como os índios os posseiros também são vítimas das ações dos grileiros que burlam a lei e conquistam os títulos das propriedades e usam da violência imposta por jagunços para expulsar os índios e os posseiros de suas terras, agora visto pela lei como invasores, muitas vezes a resistência deles acabam em morte, ou até mesmo prisão dos verdadeiros donos e também injustiçados.

Uma outra realidade produtiva brasileira é a ampliação do campesinato, tendo o avanço tecnológico como mola propulsora, técnicas avançadas são fornecidas a esses agricultores pelo sistema capitalista que visa uma relação de indústrias com agricultores familiar. Assim o camponês sucede aos interesses capitalistas, arrendando a produção da terra as empresas e sistemas financeiros, deixando de lado a tradição da produção familiar. Desse modo os camponeses se vêm como agricultores coletivos, pois em conjunto tem sua produção destinada apenas a um produto específico quebrando a cultura da produção familiar acabam se voltando contra esse sistema.

As alterações no campo acarretaram uma mudança na estrutura produtiva, principalmente no sul do Brasil, onde a soja tomou vasto espaço, e os camponeses passaram a meeiros e renteiros sendo vítimas dessa mudança tendo que trabalhar nas terras alheias, sendo forçados economicamente a venderem suas terras. No mesmo momento esses mesmos produtores buscaram expansão de sua produção e viram a solução no Paraguai, ao constatar a venda de terras férteis à preços baixos, e tendo uma proximidade territorial como o Brasil o que facilitava diversas questões de logística e comercialização. Esse processo acabou atraindo a migração dos produtores brasileiros para o Paraguai.

Uma outra problemática no Brasil é as condições de trabalho dos boias-frias, o capitalismo vem influenciando muito o crescimento dessa força de trabalho. Além dessa dificuldade trabalhista, nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar, laranja, café etc., tem ocorrido

um crescimento dos trabalhadores que são expulsos do campo e que residem na cidade, tendo que se locomover para o campo diariamente em busca do trabalho.

No Nordeste a luta dos boias-frias é para reivindicação salarial por meio de paralisações grevistas. Já no Sul o movimento é contra a violência dos usineiros, assim como a exploração exacerbante e “salários fome”. Para lutar contra esses sistemas, os trabalhadores partem para manifestações muitas vezes marcadas pela violência policial.

Perante as grandes injustiças no campo foram criados sindicatos voltados para essa temática, sua criação está fortemente ligada ao poder político da esquerda brasileira e embora sua formação não seja tão antiga a luta se permanece forte. Assim como o surgimento da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, criada em 20 de dezembro de 1963 resultante da luta política ocorrida no campo durante essa época, anos mais tarde em 1964 ela foi reconhecida legalmente. Posteriormente ocorre a fundação da CUT- Central Única do trabalhadores que ocorreu em 1983, que propiciou no ano seguinte a reunião de sindicalistas rurais. E hoje a luta sindicalista se mantém forte.

A luta pela terra se mostra forte no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem uma distribuição geográfica que envolve todo o território brasileiro e conta com apoio político e setores progressista da igreja. Esse movimento busca uma terra para desenvolver uma produção coletiva. A tomada da terra para essa prática vem perturbando muito os latifundiários que acabam intervindo o movimento pela implantação da violência, que muitas vezes marcam conflitos e lutas sangüinárias.

ASSENTAMENTOS RURAIS

Nos estudos acerca da geografia agrária é de extrema relevância conhecer e compreender alguns conceitos básicos e sua devida contextualização e sistematização, nessa óptica destacaremos o conceito de assentamento, onde as discussões e reflexões sobre esse conceito é demasiadamente importante no sentido de avançar nos estudos sobre a geografia agrária. Assim, sobre o conceito de assentamento, o INCRA destaca que:

O assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitar na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA. (Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/

O%22INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2015).

Segundo o INCRA, “o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário”. Assim, o INCRA evidencia que o assentamento é o retrato físico da reforma agrária, pois o repasse da terra para os trabalhadores rurais sem terra é a garantia do crescimento econômico, além da permanência dessas pessoas no meio rural.

Ainda sobre o conceito de assentamento, (FERNANDES, 1996. p. 181 apud COCA; FERNANDES) ao associar o conceito de assentamento com o conceito de território destaca que “O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas representa, sobretudo a possibilidade da territorialização.” Isto é, o acesso dos trabalhadores rurais a terra passa a ideia de autonomia, liberdade, a terra significa para as pessoas a possibilidade do trabalho e a relação de poder sobre o determinado território ocupado.

Nesse cenário o papel do INCRA é importante, sobre os objetivos da Diretoria de assentamento do INCRA vale apenas salientar que:

A Diretoria de Assentamento tem o objetivo de viabilizar o acesso das famílias a terra após a imissão de posse nas áreas desapropriadas pelo Governo Federal. E assim, orientar as ações para a criação, implantação, desenvolvimento, consolidação, propiciando ou favorecendo a organização socioeconômica dos beneficiários e o atendimento aos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária. (Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%22INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2015).

Mediante o exposto, para as famílias ter acesso a terra O INCRA privilegia o trabalhador rural sem terra e aquele que trabalha individualmente com a base econômica voltada para a agricultura familiar. Então, quando uma área é desapropriada o INCRA prioriza as pessoas que já estão acampadas na área, além disso, outras famílias podem ser contempladas com o acesso a terra desde que esteja cadastrada pelo INCRA e que atendam as requisitos legais que acontecem no cadastramento e seleção das famílias. Dessa forma, quando as famílias já estão devidamente assentadas o INCRA dispõe de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social, porém muitos assentamentos se queixam

de falta de assistência técnica e créditos que favoreçam o crescimento tanto social como econômico do assentamento.

ASSENTAMENTO MANDACARU, PETROLINA-PE.

A associação do assentamento Mandacaru é composta em sua maioria por mulheres, em relação ao seu processo histórico o assentamento tem 16 anos. Então, quando os primeiros assentados chegaram à comunidade não existia nada, tudo que existe atualmente no assentamento é fruto da luta e esforço das famílias que residem no assentamento, tendo como exemplo, a própria associação. Vivem no assentamento cerca de 70 famílias.

Foto 1: Área externa da associação dos agricultores/as familiares do assentamento Mandacaru



Fonte: Andresa Mendes, jun./2015.

A associação está com um novo projeto voltado para trabalhar a questão da coleta seletiva do lixo, além disso, no assentamento também há produção de hortaliças orgânicas. No início da estruturação da horta, as pessoas de fora começaram a desacreditar nessa produção, mas como o vale do São Francisco possui um grande índice de uso indiscriminado de agrotóxicos, a constituição da horta orgânica tem como objetivo principal garantir alimentos

de qualidade, livres de agrotóxicos, além de proporcionar auto-sustentação aos agricultores. A produção de hortaliças orgânicas (foto 2) desenvolvidas no assentamento Mandacaru devido a sua importância para a sociedade em geral já possui algumas certificações que demonstram o caráter educativo e social desse tipo de iniciativa.

Foto 2: Produção de hortaliças no assentamento Mandacaru



Fonte: Andresa Mendes, jun./2015.

Em entrevista com a presidente da associação do assentamento Mandacaru, Ozaneide Gomes enfatiza que: “Falando um pouco do assentamento, quando chegamos morávamos em um barraco de lona, passamos 2 anos e 6 meses na condição de acampados, hoje existe essa vila, tudo foi feita pela gente através de mutirões e temos outros projetos que deu certo porque trabalhamos em coletividade, a gestão é coletiva, não temos nenhum projeto que seja individual, pra vocês ter ideia a gente tem um área de 35 hectares, ela é coletiva, produz frutas, verduras e legumes temporários”. Na horta, por exemplo ainda segundo a presidente da

associação, possuem 16 famílias envolvidas realizando o trabalho coletivo para regulação da horta.

Ozaneide Gomes, ainda acrescenta que: “Temos também um grupo de artesanato que possui essa parte da coletividade. Hoje recebemos diversas caravanas por conta desse trabalho diferenciado, assim observamos muitas coisas que a gente não dar muita ideia que é a questão da política partidária, aqui não temos vereador A ou B, não esperamos por políticos nenhum, quando temos alguma ideia reunimos a comunidade, nem todos participam mas a grande maioria participa, então a gente define através de um planejamento para depois colocar em prática. Estamos recebendo um projeto do Banco Mundial para uma construção do centro de comercialização que vai está mostrando tudo que é produzido, o intuito também é trazer outras comunidades para o contexto para que as mesmas comecem a visualizar o nosso trabalho e também transformar a comunidade deles.”

A presidente da associação do assentamento Mandacaru acrescenta que: “O assentamento mantém uma área de 96 hectares voltados para a preservação da caatinga. Temos a questão da coleta seletiva que em cada rua vai ter alguns jovens responsáveis pela coleta do lixo e para esclarecer aos moradores que realmente a gente precisa de excepcionar o lixo e sobretudo não deixar o lixo solto na nossa comunidade e tem a questão que eles ainda vão ganhar dinheiro com isso, através de parcerias com a cooperativa de recicláveis que vai comprar esse material reciclável e o dinheiro vai ser investido para o projeto. Em questão de comercialização, nós estamos hoje com duas feiras, uma funciona as sexta-feira de 14:00 às 20:00 horas que é no parque municipal onde as pessoas vão fazer exercícios, a gente observou que quem procura as nossas produções orgânicas são aquelas pessoas que tem o hábito de se cuidar, essa feira faz poucos meses que lançou mais já temos 5 anos que comercializamos na feira tradicional”.

CONCLUSÃO

Os assentamentos rurais são o registro físico da reforma agrária, é a possibilidade de trabalho, de resistência e luta contra a concentração de terras e acumulação de capital. Além disso, a produção agroecológica desenvolvida nos assentamentos possibilita uma melhor qualidade de vida para as pessoas, na medida em que essa produção é repassada para comercialização, mas vale apenas destacar a presença do vetor econômico em todas as esferas da sociedade, onde ocorre a exclusão social das pessoas que não podem manter uma alimentação saudável devido aos altos preços das produções orgânicas.

Conclui-se que para haver o desenvolvimento de um assentamento rural é necessário que as políticas públicas voltem seu olhar para o âmbito rural e para as lutas pela terra que ocorrem no campo, possibilitando aos assentados acesso a produção tanto para sua subsistência como para comercialização e sucessivamente aumento da renda das famílias, além disso, os assentados necessitam de alguns auxílios, tais como: assistência técnica, créditos e apoio à comercialização. No cenário de desenvolvimento das agroindústrias, o papel de um assentamento rural voltado para produção de hortaliças orgânicas é fundamental, pois possui uma visão diferenciada de desenvolvimento, onde a prioridade social se sobressai em detrimento da acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

BOEF, W. S. de. et. al. (org.). **Biodiversidade e agricultores: o fortalecimento comunitário**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.

COCA, E. L. F; FERNANDES, B. M. **Assentamentos Rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf>>. Acesso em: 05 jun/2015.

GUZMÁN, E. S. G.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 24 jun/2015.

LEWIS, M. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas do campo**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2001.